

**Fazendeiros escravistas na crise da escravidão: a produção da riqueza na comarca do Rio das Mortes, o distrito da Lage (1850-1870)**

Paula Chaves Teixeira

Doutoranda em História, PPGH-UFF

Bolsista do CNPq

E-mail: paulinhact@yahoo.com.br

***Resumo:***

O artigo tem como objetivo o estudo da produção da riqueza em uma localidade escravista, o distrito da Lage, termo da vila de São José, comarca do Rio das Mortes, nos anos de crise da escravidão brasileira. A região, conformada por fazendas escravistas, tinha na tríade escravidão, terra e animais a base de produção das riquezas e das mercadorias que asseguravam sua inserção no mercado abastecedor sul-mineiro e no comércio interprovincial com a Corte do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX. A crise do sistema escravista, iniciada em 1850 com a proibição do tráfico atlântico de africanos, e a lei de terras criaram novos obstáculos aos fazendeiros mineiros na labuta cotidiana de reprodução do modo de viver e interferiram na forma como estes homens lidavam com os seus negócios e a produção da riqueza.

## ***Introdução:***

O ano de 1850 fora um divisor de águas na história do Brasil Império. Ao mesmo tempo em que se consolidava o Estado imperial, com o fim das rebeliões regenciais, que ameaçaram a unidade territorial do Império, e selava-se o pacto entre os barões e o rei, o que garantiria a estabilidade política até os anos finais da escravidão brasileira, o governo sentia-se forte o suficiente para tratar de duas questões de suma importância no delineamento da economia, em pauta desde o período regencial: o fim do tráfico atlântico de africanos e a lei de terras e imigração (CARVALHO, 2008: 249-260). Ambas as questões tinham impactos direto na reprodução do sistema agrário escravista implantado e sinalizavam as novas orientações econômicas, acentuadas pós 1870 com a expansão do capitalismo mundial e do imperialismo (GRAHAM, 1979), embora a escravidão ainda se mantivesse como principal força de trabalho até a década de 1880.

O impacto de tais leis fora tão intenso que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, nem mesmo a instalação do regime republicano no país teria, em tão curto espaço de tempo, provocado febre tão grande de reformas como as vividas na década de 1850. De acordo com as palavras do historiador:

*Mesmo depois de inaugurado o regime republicano, nunca, talvez, fomos envolvidos, em tão breve período, por uma febre tão intensa de reformas como a que se registrou precisamente nos meados do século passado [século XIX] e especialmente nos anos de 51 e 55. Assim é que em 1851 tinha início o movimento regular de constituição das sociedades anônimas; na mesma data funda-se o segundo Banco do Brasil que se reorganiza três anos depois em novos moldes, com unidade e monopólio das emissões; em 1852, inaugura-se a primeira linha telegráfica na cidade do Rio de Janeiro. Em 1853 funda-se o Banco Rural Hipotecário, que, sem desfrutar dos privilégios do Banco do Brasil, pagará dividendos muito mais avultados. Em 1854 abre-se ao tráfego a primeira linha de estradas de ferro do país – os 14 quilômetros e meio entre o porto de Mauá e a estação Fragoso. A segunda, que irá ligar à Corte a capital da província de São Paulo, começa a construir-se em 1855. (HOLANDA, 1986: 42.)*

E as rupturas não pararam por aí. No ano de 1850, ainda foram promulgados a criação do Código do Comércio, como substituto das antigas orientações para a prática mercantil

definidas nas Ordenações Filipinas, e a criação do Tribunal do Comércio, além da reforma da Guarda Nacional. Tais reformas, aliadas ao fim do tráfico e a lei de terras, estavam interligadas entre si, contribuindo para a superação do escravismo brasileiro (CARVALHO, 2008: 256-257). Na década de 1860, outras leis foram promulgadas, dando continuidade à ruptura iniciada na década anterior. Em 1864, a lei de Hipotecas regularizava o acesso ao crédito via hipoteca de bens, além do retorno ao monopólio de emissões dado ao Banco do Brasil, após a crise do Souto e a bancarrota que se seguiu (MARCONDES, 2002; SAÉZ, 2010). Também, naquele período, seguiam-se os debates sobre o fim da escravidão e a promulgação da legislação gradual para o desmanche do sistema escravista (CASTRO, 1998; FRAGOSO, 2000).

Era o momento de grandes rupturas na ordem social, econômica e política que marcava a chegada da modernidade no país.

Diante das transformações que seguiam as políticas institucionais em curso na sociedade brasileira de âmbito nacional, o seu impacto refletia como uma sombra na vida cotidiana dos sujeitos imperiais, interferindo na forma como lidavam com os tratos mercantis e a produção da riqueza, bem como alterava o entendimento entre senhores e escravos, emergindo novas tensões sociais e econômicas nas relações escravistas e no mundo do cativo. Enfim, eram anos de muita turbulência social e econômica, nos quais os fazendeiros escravistas, acostumados às velhas regras e velhos hábitos, precisavam se adaptar.

Neste sentido, este artigo tem como objetivo o estudo sobre a riqueza e os seus mecanismos de produção numa região marcada pela alta concentração de escravos alocados na produção de gêneros alimentícios para o mercado interno nos anos de crise do escravismo brasileiro. A região em questão era o distrito da Lage, termo da vila de São José, comarca do Rio das Mortes, província de Minas Gerais entre os anos de 1850 e 1870.

A escolha dessa localidade justifica-se pelo fato da mesma apresentar ao longo da primeira metade do século XIX uma alta concentração de cativos, sendo seus índices percentuais e absolutos no conjunto da população superiores aos de livres, empregados na produção de alimentos e criação de animais com vistas ao abastecimento interno da comarca do Rio das Mortes e da Corte do Rio de Janeiro. Quanto ao recorte temporal, entre os anos de 1850 e 1870, ele se justifica por representar o primeiro momento efetivo de ruptura no sistema escravista brasileiro, com a lei Eusébio de Queirós, em 1850, que refletiu diretamente na forma de produção da riqueza. E encerra-se em 1870, pois a lei do Ventre Livre marcaria definitivamente que a escravidão estava com os dias contados e, assim, acentuaria as novas

orientações econômicas e a emergência de novas relações sociais de trabalho no cotidiano brasileiro (GRAHAM, 1979). Neste sentido, o estudo do impacto das políticas nacionais emancipacionistas da escravidão e das reformas econômicas na economia regional da comarca do Rio das Mortes, representada pelo distrito da Lage, entre os anos de 1850 e 1870 nos possibilita analisar as estratégias e apropriações de fazendeiros escravistas na labuta diária para assegurarem suas sobrevivências e garantir a reprodução do seu modo de viver naqueles anos de transformação.

### ***O distrito da Lage: padrão de riqueza (1850-1870)***

Entre os anos de 1850 e 1870, o distrito da Lage ainda mantinha os contornos sociais, econômicos e políticos das primeiras décadas do oitocentos: permanecia como uma área de fazendas, com economia voltada para a produção de alimentos e com alta concentração de escravos. O arraial como contraponto às fazendas (o urbano *versus* o rural) era lugar de morada de pessoas pobres, visto pelos fazendeiros como espaço de desordem, onde habitavam pessoas desordeiras e de maus costumes (RESENDE, 1920). Assim, apesar de muitos fazendeiros possuírem casas de moradas no arraial, que serviam de espaço de sociabilização da elite nos domingos e dias santos, a riqueza na região do distrito da Lage se concentrava no espaço rural, nas suas fazendas.

A maior parte dos fazendeiros do período era descendente dos primeiros ocupantes, que rumaram para a região em meados do século XVIII, num movimento de expansão da fronteira agrícola e instalação das fazendas, não motivados pela extração aurífera: “*as fazendas foram as únicas responsáveis pelas suas primeiras paisagens*” (TEIXEIRA, 2006: 40). Os fazendeiros, cujos inventários tivemos acesso, eram os detentores da riqueza e o exercício do mando local e poderio político por eles exercidos eram expressos, sobretudo, através da ocupação de cargos da vereança na Câmara da vila de São José e nos cargos do judiciário, nas disputas territoriais de agregação de quarteirões e arraiais sob jurisdição administrativa do distrito da Lage, nas patentes da Guarda Nacional e na presença de agregados nas fazendas. Estes homens eram herdeiros de uma tradição pré-capitalista, na qual a base da produção da riqueza e prestígio assentava-se na posse de escravos e na aquisição contínua de terras. Consoante a isso, a reprodução do sistema agrário escravista localmente

implantando sofreu grande impacto com as leis que pôs fim ao tráfico atlântico de africanos e a que regulamentou a propriedade fundiária e da imigração, leis que se apresentaram a estes homens como obstáculos a serem superados na labuta cotidiana para assegurar a sobrevivência e o enriquecimento da família.

Neste novo contexto, novas estratégias e investimentos surgiam em outras regiões do Brasil Imperial como respostas as mudanças em curso<sup>1</sup>. Novas formas de investimentos, caracterizados como mais financeiros e urbanos, tais como as ações, apólices e títulos da dívida pública, os imóveis urbanos, os depósitos bancários, entre outros, começavam a aparecer entre os ativos inventariados, sinalizando a emergência das novas orientações econômicas e relações sociais. A produção da riqueza e a reprodução dos grupos de elites passariam por mudanças. E consoante a isso, apesar de o distrito da Lage ter mantido os contornos sociais e econômicos, como estaria o padrão de riqueza naqueles anos? Houve mudança brusca na composição das fortunas? Quais as estratégias empreendidas pelos fazendeiros para assegurarem seus *status* e suas posições sociais e econômicas?

Para responder essas questões, recorreremos aos inventários *post mortem* de moradores do distrito da Lage, alocados no Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do IPHAN, em São João Del Rei. Para o período, sem discriminação por atividades sócio-profissionais, localizamos 23 inventários de sujeitos residentes no distrito da Lage. A partir da seriação possível com este tipo de fonte histórica, procederemos ao delineamento do nível das fortunas e, assim, procuraremos descortinar os investimentos e as estratégias adotadas na (re)produção da riqueza e na perpetuação do modo de viver dos inventariados.

Assim, o quadro de riqueza revelado através dos montes mores dos inventários dos moradores no distrito da Lage mostrou uma grande variação nas fortunas. A riqueza em nossa amostra variou de 855\$530 réis a 132.339\$500 réis, conforme o quadro 01.

Quadro 01. Faixa de fortunas no distrito da Lage (1850-1870)

<b>Faixa de fortuna (em mil réis)</b>	<b>Ocorrência na amostra nos inventários</b>
Até 999\$000	2
1.000\$000 a 1.999\$000	2
2.000\$000 a 4.999\$000	3
5.000\$000 a 9.999\$000	1

<sup>1</sup> Cf. MATTOSO, 2004, pp. 299-316; MELLO, 1990; FRAGOSO & RIOS, 1995; FRAGOSO & MARTINS, 2003.

10.000\$000 a 19.999\$000	4
20.000\$000 a 29.999\$000	1
30.000\$000 a 39.999\$000	1
40.000\$000 a 49.999\$000	3
50.000\$000 a 99.999\$000	4
Acima de 100.000\$000	2

Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Inventários *post mortem*.

Neste universo, havia os pequenos lavradores, homens pobres, porém não despossuídos, que tinham entre os seus bens uma pequena sorte de terras para prover seu sustento, contanto com a ajuda de um cativo e algumas cabeças de gado. No outro extremo, o grande fazendeiro, com uma diversificação maior da fortuna observada através de uma maior concentração da mão de obra escrava e da posse de terra, um maior volume de produção agrícola e de animais e uma capacidade de dispor de quantias avultadas em forma de doações e dotes a seus filhos. O patamar alcançado pelo somatório de seus bens colocava os fazendeiros em uma posição de proteção em casos de doenças e/ou firmamento de mau negócio, enquanto os indivíduos de menor fortuna, cujos bens somaram até 9.999\$000 réis (oito inventários em nossa amostra), encontravam-se mais a mercê dos reveses cotidianos, uma doença e/ou quaisquer avaria nos cativos e/ou na produção agropastoril colocaria em risco a reprodução da sua unidade produtiva. E ainda, no contexto de transformações da sociedade imperial vivenciada naqueles anos, as pequenas fortunas seriam as primeiras a sofrer os impactos e pressões decorrentes dessas mudanças.

Neste sentido, tentando apreender o impacto dessas mudanças na composição das riquezas no distrito da Lage, no manuseio e seriação das fontes, procuramos revelar os principais ativos das fortunas e a participação deles no monte total da riqueza no distrito da Lage. Para tanto, criamos um quadro com oito rubricas que permitem a mensuração dos componentes da riqueza nos montes mores. No quadro 02 apresentamos os componentes da riqueza dos mineiros, representado pelo distrito da Lage, e no gráfico 01 a visualização da participação de cada rubrica na composição geral da riqueza do distrito.

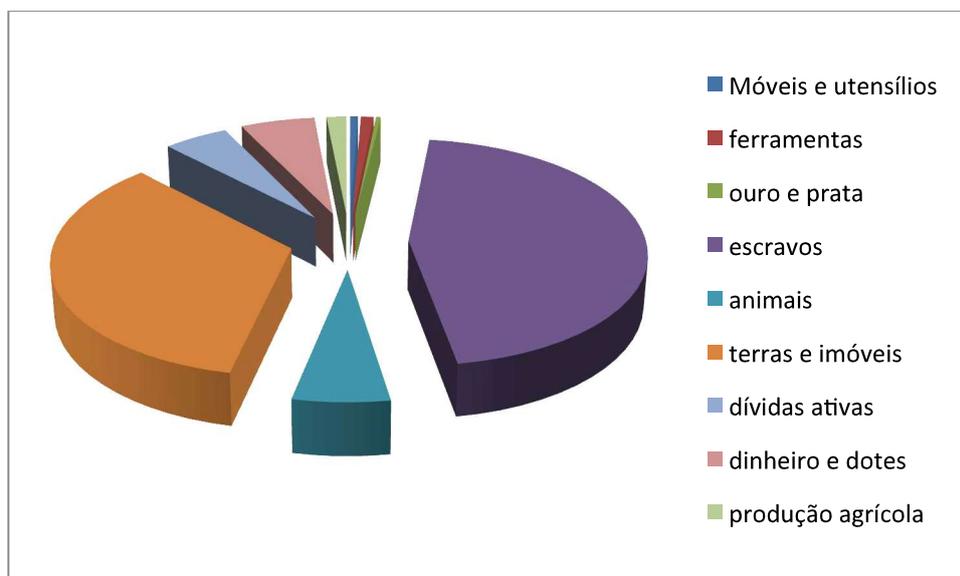
Quadro 02. A distribuição da riqueza no distrito da Lage (1850-1870)

<b>Componentes</b>	<b>Valores (em mil réis)</b>
Móveis, utensílios domésticos e roupas	4.997\$940

Ferramentas	7.910\$470
Ouro e prata	2.989\$460
Escravos	365.379\$050
Animais	47.065\$000
Terras e imóveis	277.241\$230
Dívidas ativas (a receber)	40.125\$672
Dinheiro e dotes	45.753\$720
Produção agrícola	12.272\$400

Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Inventários *post mortem*

Gráfico 01: Distribuição da riqueza no distrito da Lage (1850-1870)



A partir dos dados expostos no quadro 02 e no gráfico 01, observamos que, embora em outras regiões do país as fortunas começavam a se transformar com o aparecimento de ativos mais financeiros e característicos dos grandes centros urbanos, tais como as apólices, ações e títulos da dívida pública, depósitos bancários, imóveis urbanos, a riqueza no distrito da Lage ainda mantinha seus traços mais tradicionais da economia agrária e escravista. Os principais ativos da riqueza eram ainda: os escravos (45% da riqueza do distrito), a terra (34%), os animais (6%) e as dívidas ativas (5%), que se somada ao dinheiro e dotes, superam a rubrica animais. Diante desse quadro de investimentos, quais as estratégias que asseguravam a reprodução da riqueza neste perfil naqueles anos de transformações sociais, políticas e econômicas?

Para respondemos a questão, debruçaremos sobre tais ativos observando as transformações por que passaram na composição e no nível das fortunas do distrito da Lage. Para tanto, procederemos algumas comparações das suas participações em momento anterior na própria região e com outras áreas do Brasil imperial.

A escravidão sempre foi muito presente na vida cotidiana dos moradores do distrito da Lage e, mesmo com o recrudescimento do tráfico interno, a região ainda mantinha em seu interior um elevado índice de mão de obra cativa. Segundo os dados do censo imperial de 1872, o distrito ainda se destacava no termo da vila de São José, conformado pelos distritos de Prados, Lagoa Dourada, Carandaí, Lage e a vila de São José, por suas posses de cativos. Naquele ano, embora a proporção de livres tenha superado ao de escravos, invertendo os índices da década de 1830, onde o número de cativos era superior de livres, o distrito continha em seu interior 38.2% dos escravos (1.045) do termo da vila de São José (2.735)<sup>2</sup>.

Consoante a isso, em nossa amostra, observamos que todos os inventariados contavam com essa forma de trabalho nas suas atividades econômicas. Ao todo, somamos 421 cativos distribuídos em pequenas (1 a 5 cativos), médias (6 a 20) e grandes (acima de 21) posses. Sendo que a maior parte dos escravos, 79.33% (334 cativos), concentravam-se em grandes escravarias, em poder de 47.83% dos inventariados (10 inventários). E a maioria dos proprietários, 52.17% (13 inventários), detinham a posse de 20.67% (87) escravos em pequenas e médias escravarias. Vejamos o quadro 02, no qual apresentamos as posses de escravos e sua distribuição nos inventários de moradores do distrito da Lage.

Quadro 02: Posses de escravos e distribuição no distrito da Lage (1850-1870)

<b>Posses</b>	<b>Número de escravos</b>	<b>Porcentagens</b>	<b>Nº de inventários</b>	<b>Porcentagens</b>
1 a 5	22	5.23%	8	34.78%
6 a 10	19	4.51%	2	4.35%
11 a 20	46	10.93%	3	13.04%
21 a 30	129	30.64%	5	26.09%
31 a 40	108	25.65%	3	13.04%

<sup>2</sup> Censo de 1872 disponível em:

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza\\_colecao\\_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20-%20Imp%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brasil#](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20-%20Imp%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brasil#), consulta feita em 17/09/2012, às 21h37.

41 a 50	97	23.04%	2	8.70%
<b>Total</b>	<b>421</b>	<b>100%</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>

Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Inventários *post mortem*.

Ao compararmos nossos dados expostos no quadro 02 com as posses e a distribuição dos escravos pelos domicílios do distrito da Lage em período anterior, na década de 1830, verificamos o movimento de maior concentração das posses em grandes escravarias em nosso período. De acordo com os dados apresentados por Maria Lúcia Resende Teixeira, compilados das listas nominativas de 1831-33 e 1838-40, na década de 1830 houve um incremento da população livre e escrava no distrito da Lage: de 660 escravos arrolados em 62 fogos, em 1831, esta cifra subiu para 1.023 mancípios em 89 fogos no ano de 1838. Acompanhando este movimento, a média de cativos por domicílio passou de 10.64 para 11.49, nos respectivos anos. Com relação ao padrão de posse, segundo a autora, este mantinha mais ou menos o mesmo perfil nos dois momentos específicos: 37.8% , em 1831, e 35.6%, em 1838, dos escravos estavam concentrados em propriedades com mais de 30 escravos, o que representava 8%, em 1831, e 7.9%, em 1838, dos domicílios do distrito. Já as pequenas posses, de 1 a 5 cativos, no primeiro momento, representava 14.2% das posses distribuídas em 37 fogos (59.7% dos domicílios), enquanto no segundo momento, em 1838, a pequena posse passara a figurar 9.3% distribuídas em 48.3% dos fogos escravistas (43 fogos) do distrito da Lage (TEIXEIRA, 2006: 84).

Enfim, embora estejamos trabalhando com fontes distintas, pois baseamos nossas análises do padrão de posses e sua distribuição através dos inventários *post mortem* e Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira trabalhou com as listas nominativas, que em teoria abrangeu toda a população do distrito, verificamos ao comparar os dois momentos, a década de 1830 e o período entre 1850 e 1870, a diminuição das pequenas posses, ocorrendo a maior concentração dos mancípios em escravarias com mais de 20 escravos, enquanto as muito grandes posses (acima de 50 os escravos), presentes na década de 1830, não apareceram em nosso universo. Houve, então, um movimento de adensamento dos escravos em posses que anteriormente eram consideradas médias para a região, alterando, assim, o padrão da riqueza no distrito da Lage.

Comparando ainda nossos dados com outras áreas voltadas para a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno, reiteramos o alto padrão de posse de cativos do distrito da Lage. Assim, ao compararmos com a vila de Campanha, estudada por Marcos Ferreira

Andrade, observamos as semelhanças nas posses e suas distribuições pelas unidades produtivas. De acordo com os dados do autor, para o período entre 1802 e 1865, 46% dos escravos (2.357) estavam em posses dos 13% dos proprietários (64), em faixas de escravaria acima de 20 cativos, ao passo que 44% dos proprietários (222) detinham o controle de 12% da população cativa (611) em escravarias que variavam de 1 a 5 mancípios (ANDRADE, 2008:37-38).

Já a comparação com o município de Capivary, no Rio de Janeiro, estudado por Hebe Mattos, região que também tinha sua economia voltada para o abastecimento do mercado interno, revelou outras semelhanças. De acordo com a autora, no período entre 1850 e 1890, em nenhuma das 42 fazendas analisadas houve caso de posse de cativos acima de 50 e o número médio de escravos por unidade produtiva girava entre vinte e trinta cativos. *“Até meados da década de 1860, esse número girava em torno de 28.6 escravos para cada fazendeiro, estando quase 50% deles em idade produtiva (entre 15 e 40 anos de idade)”* (MATTOS, 2009: 35).

Enfim, a partir de nossos dados, observamos que nos anos após o fim do tráfico atlântico de africanos e com o recrudescimento do tráfico interno, os proprietários de cativos do distrito da Lage conseguiam resistir às pressões para a transferência de seus escravos para as áreas agroexportadoras. Apesar de não termos dados para mensurar a representação dos proprietários e não-proprietários na população total livre do distrito, em nossa amostra, podemos influir que mesmo com o adensamento das escravarias e alteração nos padrões de riqueza, os proprietários de cativos mantinham suas posses em níveis médio e grande para a região e tipo de economia.

Consoante a isso, a reprodução desse sistema escravista, acompanhando um movimento anterior, se dava via nacionalização da escravidão, ou seja, através do investimento no crescimento endógeno da população cativa contribuiu para a manutenção das escravarias no distrito da Lage. Em nossa amostra, verificamos que 65.08% dos escravos (274) eram nacionais (crioulos, cabras e pardos) contra 23.28% (98) de origem africana (benguela, congo, cassange, rebolo) e 11.64% (49) sem menção de nacionalidade. Além disso, destaca-se o grande número de crianças escravas encontradas na amostra. Foram 101 crianças, de até 11 completos, em 18 inventários. Ou seja, 23.99% dos escravos listados em nossa amostra eram crianças. Tais dados evidenciam a tentativa por parte dos fazendeiros do distrito da Lage de garantir a reprodução da mão de obra escrava nas suas fazendas e como também as suas astúcias em criar escravos para atender as demandas de cativos no novo contexto

escravista. Isto é, com o fim do tráfico atlântico de escravos africanos, tendo sua primeira tentativa com a lei de 1831 e efetivado em 1850, as crianças escravas passaram a ser mais valorizadas nos inventários *post mortem* e tiveram maior participação no montante da escravaria e, isso sugere uma estratégia dos fazendeiros do distrito da Lage em, aproveitando-se das circunstâncias de falta de mão de obra e recrudescimento do tráfico interno, produzir escravos para um novo ramo do mercado interno.

Passando para a análise do segundo ativo das fortunas dos mineiros representados pelo distrito da Lage, chamamos a atenção para as extensões das propriedades fundiárias e sua distribuição entre a população inventariada. Em primeiro lugar, cabe destacar, entretanto, que apesar de não termos procedido uma seleção dos inventários por categoria sócio-profissional, 91.30% dos inventariados (21 inventários) eram proprietários de sorte de terras na região. Somente em dois inventários não foi verificada propriedades fundiárias. Todavia, em um desses dois inventários, o inventário, embora não fosse proprietário, era morador na área rural, na fazenda das Lavrinhas, freguesia da Lage. Neste sentido, destacamos os fortes vínculos com o universo agrário de nossa amostra.

Em segundo, apesar desse forte vínculo com o mundo rural, nem todas as propriedades fundiárias tiveram suas extensões e a discriminação das qualidades das terras dispostas nos inventários. Sendo assim, ao todo, identificamos 27 fazendas, dois sítios, 25 moradas de casas nos arraiais (Lage, Lagoa Dourada e São Tiago), uma terra mineral em Lagoa Dourada, 14 sortes de terras diversas. E, dentro deste contexto, temos apenas oito fazendas que tiveram suas dimensões listadas, permitindo também a observação dos valores dados a terra quanto à qualidade dos terrenos. Destarte, no quadro 03, apresentamos essas oito fazendas com suas dimensões, composição dos terrenos e seus valores.

Quadro 03: Dimensões das fazendas no distrito da Lage (1850-1870)\*

<b>Fazenda/ ano da avaliação</b>	<b>Extensão (em alqueires)</b>	<b>Valor da avaliação (em mil réis)</b>	<b>Valor por tipo de terreno (em mil réis)</b>
Fazenda da Batalha (1850)**	260 alqueires <i>42 alq. de capoeira</i> <i>208 alq. de campos</i>	4.170\$000 1050\$000 3.120\$000	<i>25\$000/ alq. de capoeira</i> <i>15\$000/alq. de campos</i>

Boa Vista dos Coqueiros (1851)	596 alqueires <i>342 alq. de cultura</i> <i>62 alq. de capoeiras</i> <i>192 alq. de campos</i>	18.996\$000 13.680\$000 1.860\$000 3.456\$000	<i>40\$000/alq. de cultura</i> <i>30\$000/alq. de capoeira</i> <i>18\$000/ alq. de campo</i>
Pombal (1860)	331 alqueires <i>102 alq. de cultura</i> <i>229 alq. de campos</i>	11.460\$000 4.590\$000 6.870\$000	<i>45\$000/alq. de cultura</i> <i>30\$000/alq. de campos</i>
Brumado (1861)	372 alqueires <i>289 alq. de capoeiras e matas virgens</i> <i>83 alqueires de campos</i>	18.385\$000 15.895\$000 2.490\$000	<i>55\$000/alq. de capoeira e mata virgem</i> <i>30\$000/alq. de campos</i>
Lage (1861)	770 alqueires <i>340 alq. de capoeiras e matos virgens</i> <i>430 alq. de campos</i>	32.050\$000 17.000\$000 15.050\$000	<i>50\$000/alq. de capoeira e mato virgem</i> <i>35\$000/alq. de campo</i>
Cachoeira (1862)	195 alqueires <i>81 alq. de capoeiras e matas virgens</i> <i>114 alq. de campos</i>	6.660\$000 3.240\$000 3.420\$000	<i>40\$000/alq. de capoeira e matas virgens</i> <i>30\$000/alq. de campos</i>
Rio do Peixe (1862)	807 alqueires <i>237 alq. de capoeiras e matas</i>	27.840\$000 10.740\$000	

	<i>virgens:</i>		
	<i>126 alq. de cultura e matos tampados;</i>	6.300\$000	<i>50\$000/alq. de cultura e mato virgem tampado;</i>
	<i>111 alq. de cultura aberta</i>	4.440\$000	<i>40\$000/alq. de cultura aberta</i>
	<i>570 alqueires de campos</i>	17.100\$000	<i>30\$000/alq. de campos</i>
São Miguel (1866)	331 alqueires	8.506\$000	
	<i>102 alq. de cultura</i>	<i>3.468\$000</i>	<i>34\$000/ alq. de cultura</i>
	<i>229 alq. de campos</i>	<i>5.038\$000</i>	<i>22\$000/ alq. de campos</i>

Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Inventários *post mortem*.

\* Foram listados apenas os valores das terras que compunham a fazendas. As benfeitorias foram listadas a parte no processo analisados.

\*\*A fazenda da Batalha continuava no distrito de São João Batista, termo de Oliveira, com a extensão de 209 alqueires de campos, sendo, então, a extensão real da referida fazenda era de 459 alqueires de terra. A parte que pertencia ao distrito de São João Batista não fora listada no cômputo do quadro por estar fora das dimensões do distrito da Lage.

Como se pode observar pelo quadro acima, as propriedades do distrito da Lage tinham extensões bastante grandes e com áreas de reservas (capoeiras e matas virgens) bastante considerável. Diferentemente de Capivary, província do Rio de Janeiro, no mesmo período, e mais próximo da realidade dos fazendeiros cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense, verificamos ter na região do distrito da Lage proprietários de grandes extensões de terras, acima de 200 alqueires, e com reservas que garantiam a reprodução da agricultura extensiva e da pecuária. No Brasil, tanto na colônia, como no período imperial, o modo de utilização e preparação da terra para a agricultura recorria a métodos de preparação (uso de queimadas, derrubadas e trabalhos com enxada) que desgastava o solo em pouco tempo<sup>3</sup>, sendo bem

<sup>3</sup> Segundo Caio Prado Júnior, o aperfeiçoamento técnico na agricultura brasileira, desde o período colonial, até o Império foi praticamente nulo, não promovendo nenhum progresso quanto a inovação de técnicas e métodos de fertilização. De acordo com suas palavras: “O desenvolvimento da agricultura no período que temos em vista, embora bastante considerável, é muito mais quantitativo que qualitativo. Daí, sua precariedade, e salvo em casos excepcionais sua curta duração. No terreno do aperfeiçoamento técnico, o progresso da agricultura

rudimentar a fertilização dos mesmos (fertilizava-se com as cinzas das queimadas e pousio depois de 7 a 8 anos de produção) (FRAGOSO, 1983: 19-23). Tal comportamento fazia com que áreas de reservas, as matas virgens e as capoeiras, constituíssem importantes terrenos para a reprodução do sistema agrário implantado, por isso seu valor por alqueire mais elevado que as terras de cultura e as de campo. De modo geral, as matas virgens e capoeiras tiveram avaliações que variaram de 25\$000 réis, em 1850, a 55\$000 réis na década de 1860. Já a terra de cultura e campos o alqueire variou entre 30\$000 réis a 40\$000 réis a primeira e, 15\$000 e 30\$000 réis a segunda. Claro que, além da variação no tempo, as avaliações eram diferentes devido à qualidade e à localização dos terrenos. Com estes dados, o que pretendemos é mostrar a importância das reservas de matas virgens e capoeiras para a reprodução do sistema agrário localmente implantado.

No entanto, a posse da terra por si só, sem suas benfeitorias e o trabalho (a exploração), não pode ser considerada sinônimo de riqueza e pouco significava na hierarquização socioeconômica no período em questão. Com bem atentou Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, a terra sem o trabalho escravo possuía baixo valor (LUNA & KLEIN, 2005) e Hebe Mattos reiterou que aos sujeitos não bastava ter a posse da terra, era preciso ter meios materiais (benfeitorias e mão de obra) para trabalhá-la, para, assim, garantir seu posicionamento social e econômico (MATTOS, 2009: 98). Ou seja, a simples posse/propriedade não garantiria a condição de proprietário fundiário. Nestes termos, embora no distrito da Lage os fazendeiros possuíssem vastas extensões de terra e elevado índice de mão de obra escrava, as benfeitorias também eram importantes no posicionamento social, bem como na produção da riqueza.

Uma das principais benfeitorias que encontramos em nossa amostra fora os engenhos de cana de açúcar e as ferramentas para a produção de aguardente. Todavia, constituíam ainda as benfeitorias as casas de vivenda, os moinhos, monjolos, paiol, tenda de ferreiro e senzalas cobertas de telhas ou palhas e currais cercados de pedra. Em 17 inventários houve a referência de pelos menos uma destas benfeitorias, sendo as mais comuns, as casas de vivenda com moinhos e engenhos, senzala, paiol e currais. As benfeitorias tinham seus valores dados de acordo com as instalações, a qualidade das mesmas, se cobertas de telhas ou capim, cercadas de muros de pedras, etc., e com a diversidade das mesmas na unidade produtiva. Seus valores,

---

*brasileiro é naquele período praticamente nulo. Continuava em princípios do séc. XIX, e mais ou menos nas mesmas condições continuará ainda por muito tempo, com os mesmos processos que datavam do início da colonização. Processos bárbaros, destrutivos, explicáveis e mesmo insubstituíveis na primeira fase da ocupação; mas que começavam já, pela insistência neles, em fazer sentir seus efeitos devastadores.*" (PRADO JR., 1987: 135, grifos meus).

em nossa amostra, variaram entre 20\$000 réis (“*parte nas casas e moinho da fazenda do Rio Sujo*”) a 8.000\$000 réis (“*as casas de vivenda da dita fazenda [da Lage] assoalhadas, paiol, senzalas, ranchos, moinho tudo coberto de telhas, engenho de cana de cilindro, com três moendas de ferro maciço com assento de ferro, quatro tachos e um alambique de cobre, dois porões, quatro cochos para azedar garapa, um caixão com açúcar, nove formas e todos os mais pertences do engenho, engenho de serra, olaria de telha, casa de trapironga [sic], currais e quintal cercado de pedra*”)<sup>4</sup>. E ainda foram listadas três posses em terreiros de fazendas, nos quais supõe a presença de algumas benfeitorias de terreiro.

No entanto, apesar da incidência de grandes propriedades fundiárias, observamos, por um lado, a fragmentação de algumas propriedades. Ou seja, das 27 fazendas listadas, percebemos que, pelo menos, 15 propriedades foram listadas em mais de um inventário. E, por outro, em 17 inventários, percebemos que o inventariado era possuidor de mais de duas propriedades fundiárias. Tais fenômenos sugerem que a posse da terra na região do distrito da Lage encontrava-se em fase de fragmentação, fruto do crescimento demográfico na área. A região, naqueles anos, deixava de ser zona de fronteira e passava a incorporar o centro das povoações do Sul de Minas, ou melhor, deixava de ser parte do Sul de Minas com o avanço das fronteiras para as regiões mais próximas da província de São Paulo e para o oeste. Embora ainda fosse uma região rica, a fragmentação das propriedades fundiárias acarretava na diminuição dos padrões de fortuna e, assim, talvez, fosse tempo de migrar.

O terceiro ativo da riqueza no distrito da Lage estava concentrado na pecuária, na criação do gado *vacum*, *cavalar*, muares e porcos. Em nossa amostra, houve a ocorrência da presença de pelo menos um desses animais como componentes da riqueza em 22 inventários. Ao todo, foram listados 2.109 animais avaliados em 46.885\$000 réis. Como trabalhamos com um universo indistinto quanto ao nível da riqueza, a margem dos valores dessa produção nos inventários analisados é grande, variaram de 10\$000 réis a 9.253\$000 réis. Ou seja, de um proprietário de uma única égua já velha a um proprietário de 327 animais diversos, em melhor estado de produtividade, cuja criação, claramente, voltava-se ao mercado de abastecimento interno. O gado bovino foi o de maior expressão numérica, seguido pela criação de suínos, equinos e muares respectivamente. Já com relação a valores da produção, o bovino mantém-se na dianteira, seguido pelos equinos, muares e suínos respectivamente.

---

<sup>4</sup> Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei. Inventários: Maria Claudina de Jesus, arraial de São Tiago, Freguesia da Lage, termo da vila de São José, 1852, caixa 423; Joaquim Tomás da Costa Gonçalves (tenente coronel), Freguesia da Lage, termo da vila de São José, 1861, caixa 483.

No quadro 04, procuramos demonstrar o volume da produção discriminado por categorias de animais e suas participações na rubrica animais.

Quadro 04. Criação de animais no distrito da Lage (1850-1870)

<b>Rebanho</b>	<b>Nº de animais</b>	<b>Nº de proprietários</b>	<b>Valor (em mil réis)</b>	<b>Porcentagem na produção do distrito</b>	<b>Média de posse por unidade produtiva</b>
Bovino	1004	19	26.241\$000	55.97%	52.84
Equino	478	18	11.309\$000	24.12%	26.56
Muar	106	14	5.301\$000	11.31%	7.57
Suínos	521	9	4.034\$000	8.60%	57.89
<b>Total</b>	<b>2109</b>	<b>---</b>	<b>46.885\$000</b>	<b>100%</b>	<b>---</b>

Fonte: Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João del Rei: Inventários *post mortem*.

As médias por unidades produtivas sugerem grosso modo quais os animais estavam voltados para comércio interno de abastecimento de carnes e couros e quais estavam voltados para o trabalho interno à unidade produtiva. Nesse sentido, comumente, o gado bovino, os equinos e os porcos eram criados com vistas ao mercado, enquanto os muares eram utilizados no transporte de cargas e pessoas. Embora o gado bovino também fosse utilizado no transporte de cargas, haja vista a incidência da qualificação de bois de carro e seus valores mais elevados se comparado com o restante do rebanho e a presença de carros de bois nos inventários.

Por fim, o quarto ativo: as dívidas ativas. De modo geral, podemos afirmar que os mineiros do distrito da Lage eram homens de poucas dívidas a pagar e donos de considerável quantia em créditos circulantes na região. Somente seis inventariados apresentaram no rol de bens dívidas passivas (a pagar) que somaram no total 32.657\$708 réis. Já as dívidas a receber

(ativas), elas apareceram em onze inventários, somando a quantia de 40.125\$672 réis. Embora em outras regiões do país, como por exemplo, na praça mercantil do Rio de Janeiro, ou mesmos na praça mercantil de São João Del Rei, tais valores fossem baixos, em ambas as localidades havia homens ricos cuja somatória dos bens eram muito superiores a tais valores, para a região do distrito, cuja economia voltava para a produção de abastecimento interno, tais dados reforçam o modelo tradicional da riqueza apresentada nos inventários dos fazendeiros mineiros do distrito.

Um último ponto de destaque, verificamos o elevado índice de agentes da Guarda Nacional no distrito da Lage. No total de 15 inventariados homens, nove sujeitos detinham patentes da Guarda Nacional. Foram um tenente, seis capitães, um tenente coronel e um quartel mestre. Entre os inventariantes homens, destaca-se um major. A Guarda Nacional fora uma instituição criada em 1831, a qual passava a responsabilidade da manutenção da ordem para a esfera local recrutando os fazendeiros para tal empreendimento. A importância dessas patentes no âmbito dos fazendeiros do distrito da Lage era a reprodução do domínio e poder sobre uma massa de escravos e homens pobres livres residentes na região.

### ***Conclusão:***

Apesar das mudanças em curso na sociedade brasileira, neste artigo, procuramos demonstrar as estratégias adotadas por fazendeiros escravistas que mantiveram seus investimentos em ramos tradicionais da riqueza no Brasil imperial e as possibilidades de enriquecimento mesmo estando o sistema agrário escravista em crise após as leis abolicionistas e a lei de terras e imigração. Mesmo com as rupturas, os fazendeiros do distrito da Lage continuaram a investir na escravidão e na posse de terras como os principais ativos da riqueza, acompanhados pela criação de animais, das dívidas ativas (a receber) e dos dinheiros e dotes (cf. quadro 02 e gráfico 01). A partir desse quadro, procuramos, então, destacar que o sucesso de tal empreendimento dependia do saber e do como investir nestes ramos. Ou seja, os fazendeiros mineiros, apropriando-se das condições e demandas abertas, fruto dessa nova política emancipacionista, o mercado interno de abastecimento de escravos, passaram a investir mais na reprodução endógena da escravidão e na aquisição de mais terras, sobretudo em reservas de capoeiras e matas virgens, para dar o movimento e garantir a dinâmica do sistema agrário localmente implantado.

Através dessas estratégias, bastante sutis na documentação e que descortinam as visões de mundo e as orientações valorativas desses fazendeiros escravistas, elas permitiram as estes homens permanecerem como grandes senhores de escravos e de terras, assentando o poder local nas posses das patentes da Guarda Nacional e no controle dos cargos político-administrativos na vila de São José no contexto de emergência de novas orientações da economia brasileira que visava à superação do escravismo e do aparecimento de novas relações sociais de trabalho. Enfim, em tempos de mudanças, de modernização da economia através da expansão do capitalismo, estes homens, herdeiros da cultura escravista e pré-capitalista, traçavam estratégias que garantiriam, por mais um tempo, a (re)produção das suas riquezas e dos seus modo de viver e sobreviver na sociedade imperial brasileira, em transformação.

### ***Bibliografia:***

#### *1. Fontes Primárias:*

Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do IPHAN, São João del Rei: inventários *post mortem* (distrito da Lage).

#### *2. Livros e artigos consultados:*

ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações da riqueza pessoal em Juiz de Fora, 1870-1914**. Campinas: UNICAMP, 2001 (Dissertação de Mestrado).

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa, 1799-1850**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. Campinas, SP: Centro de Memória da UNICAMP, 1997.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000. BRAUDEL, Fernand. “A longa duração”. IN: BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII: Os jogos das trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem. Teatro de sombras**. RJ: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CIPOLLA, Carlo M. **História económica da Europa pré-industrial**. Lisboa: Edições 70, 1974

FARIA, Sheila de Castro S. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. & MARTINS, Maria Fernanda. “Grandes negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão (1850-1880)”. IN: FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. **Ensaio sobre a escravidão (I)**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. & RIOS, Ana Maria Lugão. “Um empresário brasileiro do oitocentos”. IN: CASTRO, Hebe Maria Mattos de & SCHNOOR, Eduardo (orgs.). **Resgate: uma janela para o oitocentos**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

GRAÇA FILHO, Afonso A. **A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

GRAHAM, Richard. **Escravidão, reforma e imperialismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 18ª ed., 1986.

KULA, Witold. **Teoria econômica do sistema feudal**. Lisboa: Editora Presença / São Paulo: Martins Fontes, 1979.

LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Herbert S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: EDUSP, 2005.

MARCONDES, Renato Leite. “O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba paulista (1865-87)”. IN: **RBE**. Rio de Janeiro. 56(1):147-170. Jan./Mar. 2002.

MELLO, Zélia Maria Cardoso. **Metamorfoses da riqueza: São Paulo, 1845-1895**. SP: Hucitec, 1990.

MATTOSO, K. M. Q. “A opulência na província da Bahia”. IN: NOVAIS, F. A. (coord. da coleção); ALENCASTRO, L. F. (org. do volume). **História da vida privada no Brasil – Império: a Corte e a modernidade nacional**. SP: Cia. das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

\_\_\_\_\_. **Da Revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora**. Salvador: Corrupio, 2004.

PRADO JR., Caio. **A formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2ª ed. 2000.

RESENDE, José Assis. **Livro de pallidas reminiscências da antiga Lage – hoje – vila de Rezende Costa**. Typografia, 1920.

SAÉZ, Hernán Enrique Lara. “O 11 de setembro de 1864 da praça carioca: a crise do Souto e a transformação da política econômica brasileira”. IN: **Anais do XXX Encontro da APHES**. Lisboa: ISEG, 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da & LINHARES, Maria Yedda L. “Região e história agrária” IN: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes**. São Paulo: Annablume, 2006.